



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Conselho Municipal de Saúde de Coimbra

Ata n.º 5

Ordem de Trabalhos: -----

Período antes da Ordem do Dia: -----

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra; -----

Intervenções dos Membros do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra. -----

Ordem do Dia: -----

1 - Aprovação da Ata da reunião do dia 15 de dezembro de 2022; -----

2 - Ponto de Situação da Transferência de Competências na área da Saúde; -----

3 - Ponto de Situação da Execução da Estratégia Municipal de Saúde; -----

4 - Proposta de Alteração ao Regimento do Conselho Municipal de Saúde; -----

5 - Sugestões dos Membros do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra para ações a desenvolver; -----

6 - Outros Assuntos. -----

----- Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas e quinze minutos, na Sala Mondego do Convento de São Francisco, sob a presidência do Professor Doutor Francisco Veiga, senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, em regime de substituição legal do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Doutor José Manuel Silva, na sequência de convocatória, reuniu ordinariamente o Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, com a presença de Dr. Ilda Maria Justino de Jesus Costa, Administradora Hospitalar do Departamento de Planeamento e Contratualização da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., em representação da Senhora Presidente do Conselho Diretivo, Dr.ª Rosa Reis Marques; a Presidente do Conselho Clínico e de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, Dr.ª Almerinda Rodrigues Marques, e a Representante das Associações da Área da Saúde, Dr.ª Helena Marques de Pinho. -----

----- Os membros Dr. Luís Marinho, Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, Dr. Victor de Carvalho, representante das Juntas de Freguesia e Dr. José Luís Biscaia, Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, não estiveram presentes no plenário, tendo justificado a sua ausência. -----

----- Os membros Dr. Rogério Gomes, Secretário da Direção da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, em representação do Senhor Presidente da Direção Dr. Gil Manuel Tavares, e Dr.ª Maria Emília Santos, representante dos Serviços de Segurança Social, não estiveram presentes no plenário, não tendo justificado a sua ausência. -----

----- Estiveram ainda presentes, ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, trinta personalidades de reconhecido mérito na área da saúde: o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., representado pela Vogal do Conselho de Administração, Dr.ª Célia Cravo; o Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E., representado pela Presidente do Conselho de Administração, Dr.ª Maria Margarida Ornelas; o Departamento de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., representado pelo Diretor, Dr. João Pedro Pimentel; o Vereador da Câmara Municipal de Coimbra, Doutor Hernâni Caniço; a Deputada da Assembleia Municipal de Coimbra, Doutora Lúcia Santos; a Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, representada pelo Tesoureiro do Conselho Regional, Dr. João Mariano Pego; a Ordem dos Médicos Dentistas, representada pelo representante da Delegação Centro da Ordem dos Médicos Dentistas, Professor Doutor Salomão Rocha; a Secção Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos, representada pelo Vogal, Dr. Paulo Santos; a Delegação Regional do Centro da Ordem dos Psicólogos Portugueses, representada pela Presidente Interina, Dr.ª Linda Vaz; a Ordem dos Nutricionistas, representada pela Professora Doutora Helena Loureiro; a Ordem dos Fisioterapeutas, representada pelo Vogal do Conselho Jurisdicional, Dr. Rui Soles Gonçalves; o Departamento de Ação e Habitação Social da Câmara Municipal de Coimbra, representado pelo Diretor, Dr. Francisco Rodrigues; o Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Coimbra, representado pelo Diretor, Dr. Gilberto Lopes; o Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Coimbra, representado pela Diretora, Dr.ª Maria Carlos Pêgo; o Departamento de Estudos Estratégicos, Planeamento e Desenvolvimento Territorial da Câmara Municipal de Coimbra, representado pelo Diretor, Dr. Rui Campino; o Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais da Câmara Municipal de Coimbra, representado pela Diretora, Eng.ª Ana Pimentel; os Departamentos de Espaço Público e de Mobilidade, Trânsito e Transportes da Câmara Municipal de Coimbra, ambos representados pelo Diretor, Eng. Luís Santos Costa, o Departamento de Desenvolvimento Económico, Empreendedorismo, Competitividade e Investimento da Câmara Municipal de Coimbra, representado pelo Diretor, Dr. António Albuquerque; o Departamento de Educação e Saúde da Câmara Municipal de Coimbra, representado pelo Diretor, Dr. Fernando Rovira; o Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Coimbra, representado pela Diretora, Dr.ª Elsa Marques, a Polícia Municipal de Coimbra, representada pelo Comandante Diretor, Comissário Celso Marques; a Delegação Centro da Associação Nacional das Farmácias, representada pela Presidente, Dr.ª Paula Miranda e Dr. Francisco Pires; a Associação das Farmácias de Portugal, representada pela Vice-Presidente, Dr.ª Manuela Pacheco; a Escola Superior de Enfermagem de

Coimbra, representada pelo Presidente, Professor Doutor Fernando Amaral; a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, representada pelo Presidente, Professor Doutor Graciano Paulo; a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, representada pela Professora Doutora Paula Tavares; a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, representada pelo Subdiretor, Professor Doutor João José Sousa e pela Professora Doutora Isabel Vitória; a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, representada pela Professora Doutora Marília Dourado; e a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, representada pelo Subdiretor Marco Pereira. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra em regime de substituição legal, Professor Doutor Francisco Veiga, deu início ao plenário, em cumprimento do disposto no número dois do artigo oitavo do regimento do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra. No que ao Período Antes da Ordem do Dia diz respeito, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra começou por indicar que estaria a assumir a presidência do Conselho Municipal de Saúde, uma vez que teria ocorrido o falecimento do pai do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra estando, por conseguinte, em licença de nojo. Após tal informação, cumprimentou todos os presentes, membros e convidados, e agradeceu a disponibilidade de todos para a presença naquela reunião. Avançou neste ponto, enumerando algumas ações desenvolvidas pelo Município de Coimbra na área da saúde, indicando que algumas estariam já planeadas na Estratégia Municipal de Saúde. Indicou que, através do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, procedeu-se a vistorias às instalações dos Centros de Saúde do concelho e à elaboração dos respetivos relatórios de visita. O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra assinalou que, no ponto da Ordem do Dia referente à transferência de competências na área da saúde, tal tópico seria novamente abordado. O Professor Doutor Francisco Veiga continuou a intervenção elencando que, ainda no mesmo Departamento, teriam sido intervencionados edifícios e habitações camarárias no âmbito de programas de reabilitação e melhoria da eficiência energética ao abrigo do “Programa 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” e do “Programa de Recuperação e Resiliência”. Indicou, ainda, que se encontraria em curso em projeto europeu designado “REVERTER” para a melhoria da qualidade de vida dos agregados familiares em quatro regiões da Europa. No âmbito do apoio à realização de eventos, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra indicou que o concelho tem vindo a acolher, nomeadamente no Convento São Francisco, diversos eventos na área da saúde, como congressos, ações de formação, encontros científicos e outros, para os quais a Câmara Municipal teria reduzido os custos inerentes à utilização daquele equipamento municipal. O Professor Doutor Francisco Veiga acrescentou que a redução de taxas é atribuída em função do relevante interesse público municipal, considerando

o benefício daquele tipo de eventos para a cidade, sendo objetivo do atual executivo camarário dinamizar todos os espaços existentes no Município uma vez que, segundo o próprio, Coimbra tem interesse em projetar-se também do ponto de vista do turismo, abrindo condições para o desenvolvimento do segmento ligado ao turismo científico. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde continuou indicando que o Departamento de Juventude e Desporto, em conjunto com a Divisão de Saúde, promoveram uma candidatura ao programa “Cuida-te+”, do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., e colaboraram na sétima edição do “EmpreenDente”, uma atividade da Académica Start UC, responsável pela promoção de eventos na zona da Baixa de Coimbra. O mesmo Departamento fora, ainda, responsável pela dinamização de atividades no *skatepark*, com música e prática desportiva e, cumulativamente, responsável pelo apoio a provas desportivas várias. O senhor Vice-Presidente comentou que, apesar de forma discreta, o executivo municipal tem vindo a apoiar a participação e o incentivo àquele tipo de práticas, de forma direta ou indireta. Quanto ao Departamento de Recursos Humanos, o Professor Doutor Francisco Veiga indicou que, em relação à medicina no trabalho, estariam a ser tomadas variadas ações para assegurar o cumprimento da lei com todos os trabalhadores e, mais especificamente, com os cerca de seiscentos funcionários que transitaram para a competência do Município no âmbito da transferência de competências na área da educação. No mesmo Departamento, o senhor Vice-Presidente indicou que, no âmbito da Saúde Ocupacional, tem vindo a ser feito o acompanhamento aos trabalhadores municipais, nomeadamente através de consultas de psicologia, para que se sintam confortáveis em contexto laboral. O Professor Doutor Francisco Veiga continuou indicando que o Departamento de Educação e Saúde tem realizado intervenções no âmbito das refeições escolares, ao abrigo do “Programa Regime da União Europeia de Distribuição Escolar”, sendo também da responsabilidade deste Departamento o “Programa de Controlo de Pragas nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Escolar”, o estabelecimento de circuitos especiais de transportes escolares, o “Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar” e a organização de ações e atividades de sensibilização para a promoção do consumo de produtos que contribuam para adoção e comportamentos de alimentação saudável. No respeitante ao Departamento de Tecnologias de Informação e Inovação Digital, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde indicou que se encontra em desenvolvimento uma plataforma de participação pública para a identificação de necessidades de intervenção no espaço público e que já fora também constituído o laboratório de inovação cidadã previsto na Estratégia Municipal de Saúde, que se apresenta com a designação “#CoimbraCityLab”. O Professor Doutor Francisco Veiga concluiu a sua intervenção agradecendo novamente a presença dos Diretores dos Departamentos mencionados no plenário do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, bem como a sua colaboração na implementação da Estratégia Municipal de Saúde, no âmbito das suas respetivas competências. O senhor Vice-Presidente realçou a ausência de previsão de recursos humanos e financeiros que a implementação da Estratégia Municipal de Saúde iria comportar e

que tal situação dificultaria a sua implementação, apesar do empenho dos serviços envolvidos no processo. -----

----- Terminada a sua intervenção sobre o ponto de situação das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Coimbra na área da Saúde, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra deu a palavra aos senhores conselheiros e convidados, abrindo espaço para as suas intervenções no Período antes da Ordem do Dia. -----

Intervenção do Vereador Hernâni Caniço -----

----- O Vereador Doutor Hernâni Caniço iniciou a sua intervenção agradecendo o convite endereçado pelo Professor Doutor Francisco Veiga para participar naquele Conselho Municipal de Saúde, tendo-o aceitado com gosto e na expectativa de poder contribuir com o seu conhecimento. O Senhor Vereador estendeu os seus cumprimentos aos restantes membros e entidades presentes, manifestando o seu apreço pelas instituições e personalidades ali representadas e referiu que tem acompanhado o diagnóstico e a evolução da situação de saúde no concelho, tendo inclusivamente sido ouvido por ocasião da definição e elaboração da Estratégia Municipal de Saúde, materializada no Perfil Municipal de Saúde e no Plano Municipal de Saúde. O Doutor Hernâni Caniço acrescentou que teria sido interveniente na Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo, na vigência do executivo autárquico socialista, aquando da apresentação e aprovação da Estratégia Municipal de Saúde, coordenada tecnicamente pela Professora Doutora Paula Santana. Prosseguiu a sua intervenção com a nota de que a monitorização e a avaliação do Plano Municipal de Saúde, constituído por seis eixos de intervenção e dezasseis objetivos estratégicos, e a avaliação da execução das suas ações, dariam a garantia da credibilidade do processo e dos conteúdos, a confiança na prestação do serviço público assumido e o sucesso dos resultados e ganhos em saúde. O Senhor Vereador complementou que tais resultados não poderiam ser frustrados por quaisquer obstáculos provindos de quem não procurasse apenas o mais importante, nomeadamente a saúde e o bem-estar da população de Coimbra. Terminou a sua intervenção mencionando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais decretada pela Assembleia da República, inclusive na área da saúde, no âmbito da proposta do Governo do Partido Socialista. O Doutor Hernâni Caniço indicou ser da opinião que tal lei deveria ser saudada como a revolução da proximidade aos cidadãos, o desafio da década e a institucionalização da qualidade de vida das populações, tratando-se de descentralização e não apenas de delegação de competências. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto Um - Aprovação da Ata da reunião do dia 15 de dezembro de 2022 -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra deu início ao ponto questionando, página a página, sobre eventuais sugestões ou correções que os conselheiros presentes no plenário anterior pudessem ter a apresentar. No respeitante à página décima-quarta

da ata em análise, a Presidente do Conselho de Administração do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E., Dr.^a Margarida Ornelas, solicitou que, no respeitante à sua intervenção, a expressão “na questão do acesso” fosse substituída por “na questão dos acessos”. Tendo sido corrigidos todos os erros e nada mais havendo a acrescentar, a ata da reunião de quinze de dezembro de dois mil e vinte e dois do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -----

Ponto Dois - Ponto de Situação da Transferência de Competências na área da Saúde -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal comentou que seria possível que os presentes se questionassem por que motivo o Município de Coimbra não teria ainda assinado o Auto de Transferência de competências na área da saúde, decisão tomada em conformidade com a maioria dos Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. O Professor Doutor Francisco Veiga indicou que, de todos os municípios que integram a CIM-RC, apenas os Municípios da Figueira da Foz, Tábua e Miranda do Corvo aceitaram a transferência de competências até ao momento e que outros Municípios estariam também a preparar-se para as aceitar. O senhor Vice-Presidente indicou que o Município de Coimbra mantém ainda muitas reservas, tendo em conta a assimetria entre os valores propostos pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e os custos calculados pelos serviços municipais no respeitante aos encargos da transferência de competências. Prosseguiu informando que a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. teria proposto a transferência de, aproximadamente, um milhão e setecentos mil euros, ao passo que, da avaliação realizada pelos serviços municipais, através da visita aos edifícios contemplados no Auto de Transferência, o valor seria completamente díspar. O Professor Doutor Francisco Veiga solicitou à Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, Eng.^a Ana Pimentel, que expusesse perante o plenário as suas preocupações em relação à conservação e gestão do edificado. -----

Intervenção da Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais -----

----- A Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais da Câmara Municipal de Coimbra, Eng.^a Ana Pimentel, tomou a palavra e indicou que, tal como teria indicado o senhor Vice-Presidente, fora solicitada uma vistoria técnica aos edifícios e equipamentos a transferir para o Município de Coimbra, no âmbito do processo de descentralização da saúde, para avaliar nomeadamente o seu estado de conservação. Continuou a intervenção, dando nota de que, para tal efeito, fora criada uma equipa multidisciplinar, constituída por técnicos de várias especialidades, por forma a avaliar as várias componentes das unidades de saúde: cinco centros de saúde, nove extensões de saúde e o Centro de Respostas Integradas de Coimbra. A Eng.^a Ana Pimentel revelou que, de uma forma muito generalizada, detetou-se desgaste e envelhecimento dos edifícios, com falta de manutenção das instalações especiais, especificamente sistemas AVAC, instalações elétricas e ainda a falta de manutenção ao

nível dos arranjos exteriores. A Diretora do Departamento indicou que as vistorias realizadas terão incidido sobre duas situações distintas: uma primeira sobre as obras de conservação que se afiguram necessárias para repor os edifícios e equipamentos em boas condições de funcionamento e uma segunda sobre as despesas de exploração e manutenção. A Eng.^a Ana Pimentel continuou a sua intervenção indicando que, das vistorias realizadas, resultou um relatório do Departamento, no qual identificaria custos na ordem dos catorze milhões de euros, apenas para obras de conservação de todos os edifícios. Relativamente às despesas de exploração e manutenção e aos serviços de apoio logístico, a Diretora do Departamento destacou que os serviços teriam calculado custos de três milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil euros, ao passo que o Auto de Transferência prevê apenas um milhão, duzentos e quarenta e seis mil, cento e vinte e seis euros e vinte e dois cêntimos, traduzindo um diferencial de mais de dois milhões e duzentos mil euros. A Dirigente ressaltou, ainda, que a transferência de competências, com o correspondente aumento de volume de trabalho no Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, incrementaria também a necessidade de contratação de mais recursos humanos para procederem ao acompanhamento e gestão de todas as intervenções e ações de manutenção necessárias. Para fazer face a esta necessidade, estima-se que seriam necessários duzentos e setenta mil euros anuais. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Presidente do Conselho Municipal de Saúde reforçou que o trabalho realizado pelo Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, nesta ação de vistoria, constitui, de facto, a radiografia do estado de conservação em que se encontram atualmente os edifícios e comentou que a Câmara Municipal de Coimbra não poderia avançar no processo sem antes realizar tal análise. O Professor Doutor Francisco Veiga informou os presentes de que a Câmara Municipal recebera, entretanto, uma proposta de Adenda ao Auto de Transferência, na qual a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e o Ministério da Saúde remetem a resolução de algumas situações para o futuro. Todavia, o senhor Vice-Presidente indicou que tal Adenda carecia de clarificação, motivo pelo qual o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra decidira manter a sua posição de não proceder à assinatura do Auto de Transferência enquanto tais dúvidas não fossem cabalmente esclarecidas. O Professor Doutor Francisco Veiga continuou a sua intervenção comentando que Coimbra distinguir-se-ia de todos os restantes Municípios, não somente no número de Centros de Saúde, mas também no número de Extensões de Saúde, e que tal facto teria verdadeiro impacto na gestão do parque e nos funcionários necessários para tal tarefa. O senhor Vice-Presidente concluiu a sua intervenção elencando que, apesar da intenção de aceitar a transferência de competências, à semelhança de outros Municípios, os factos expostos previamente impor-se-iam como divergências e dificuldades que teriam de ser resolvidas, tendo o próprio Presidente da Câmara Municipal de Coimbra assumido que só concordaria com a assinatura do Auto de Transferência quando o Ministério da Saúde prestasse os esclarecimentos

solicitados e estivesse disponível para negociar melhores condições. De seguida, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra abriu a discussão aos presentes para os pedidos de esclarecimentos e contributos pretendidos. -----

Intervenção da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. -----

----- A Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., através da Dr.^a Ilda Costa, em representação legal da Presidente do Conselho Diretivo da mesma instituição, Dr.^a Rosa Reis Marques, iniciou a sua intervenção dando nota que seria, no momento, o gabinete do Ministro da Saúde a liderar o processo de descentralização com todas as Administrações Regionais de Saúde do país. A Dr.^a Ilda Costa afirmou que a informação constante no Auto de Transferência corresponderia ao previsto na legislação e que a atualização de verbas teria ocorrido na sequência da publicação de diversos despachos emitidos pelo Secretário de Estado da Saúde e pelo Ministério das Finanças. A representante da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., indicou que o Auto de Transferência contém três componentes muito agregadoras: Imóveis, Assistentes Operacionais e Serviços de Apoio Logístico, conforme aprovado em Orçamento de Estado para o Município de Coimbra. A Dr.^a Ilda Costa esclareceu que os valores constantes no Anexo ao Auto de Transferência teriam sido calculados centralmente e que a base de apuramento teriam sido as despesas de dois mil e vinte e um, acrescidas da aplicação de uma taxa de inflação calculada pelos serviços centrais, em agosto de dois mil e vinte e dois, aquando da elaboração do Orçamento de Estado. Em relação aos imóveis, a Dr.^a Ilda Costa esclareceu que a verba presente no Auto de Transferência se reportaria à gestão e manutenção correntes, ao passo que o levantamento realizado pelos serviços municipais incidiria sobre o levantamento de custos para colocar as instalações no seu adequado estado de conservação, sendo essa a pretensão de todos os intervenientes. A representante alertou para o facto de a transferência de competências contemplar apenas a gestão corrente, pelo que a fórmula de cálculo que se encontraria na base do valor a transferir seria um valor fixo, por metro quadrado, que teria em consideração a antiguidade dos imóveis. Continuou indicado que o valor de duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos, presente no Auto de Transferência, seria o resultado de um cálculo taxativo, nomeadamente metro quadrado a multiplicar pelo valor fixo definido no Decreto-Lei n.º 23/2019. No respeitante aos Assistentes Operacionais, a Dr.^a Ilda Costa referiu que os valores estariam atualizados para dois mil e vinte e três, reportando a dezasseis operacionais. Complementou ainda este tópico indicando que a legislação que que procedeu à atualização do Decreto-Lei n.º 23/2019, em dezembro de dois mil e vinte e dois, prevê o cálculo da dotação de Assistentes Operacionais por unidade funcional, dando nota de que a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., enquanto serviço centralizado, estaria a calcular tal rácio com base num conjunto de critérios que garantiriam o funcionamento de cada unidade funcional. A Dr.^a Ilda Costa mencionou ainda que tal portaria seria publicada em breve e que iria definir as verbas necessárias para o pagamento dos encargos. Relativamente aos serviços de apoio logístico,

a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., admitiu o desfasamento entre os valores, uma vez que a verba inscrita no Auto de Transferência teria sido apurada em dois mil e vinte e um, de acordo com o previsto no Despacho do Secretário de Estado da Saúde, publicado em março de dois mil e vinte e dois. A Dr.^a Ilda Costa informou ainda que, centralmente, teria sido aplicada uma taxa de inflação de cerca de sete por cento para inscrição em Orçamento de Estado, uma vez que a situação de guerra na Ucrânia teria despoletado o aumento dos custos com eletricidade e gás natural. Adicionou ainda que, de acordo com o Decreto-Lei publicado a vinte e nove de maio, o Fundo de Financiamento da Descentralização seria gerido pela Direção-Geral das Autarquias Locais desde novembro de dois mil e vinte e dois e, como tal, não haveria fluxo financeiro de verbas para o financiamento da descentralização proveniente do Ministério da Saúde. Nesse seguimento, a Dr.^a Ilda Costa indicou que os Municípios teriam de fazer o reporte a tal entidade, mensalmente, tal como já sucede na área da educação. Completou que, nessa plataforma, deverão ser inscritas todas as despesas e todos os encargos que advenham da transferência, assim como as transferências monetárias que a Direção-Geral das Autarquias Locais realiza para o Município mensalmente. A representante da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., revelou que, aos Municípios que já finalizaram o processo de descentralização e nas reuniões de preparação da assinatura, fora indicado que o Auto de Transferência seria um ponto de partida do processo, pelo que seria necessário fechar verbas e designar valores, considerando-o evolutivo. Complementou que se trata de um processo complexo e dinâmico, devendo a assinatura do Auto ser encarada como o ponto de partida, já que o reforço de verbas teria e iria acontecer, quer para verbas não previstas no Auto de Transferência, e que fariam parte do acordo setorial que teria sido assumido entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, quer para os desfasamentos que pudessem eventualmente ser encontrados no processo aquando da sua implementação. A Dr.^a Ilda Costa terminou a sua intervenção mencionando a expectativa da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. no avanço do processo na Região Centro e, mais concretamente, na Comunidade Intermunicipal de Coimbra. Deu ainda a nota de que, de acordo com o ponto de situação efetuado pelo Gabinete do Ministro da Saúde, ainda naquele mês haveria desenvolvimentos no número de assinaturas dos Autos de Transferência, dadas as negociações efetuadas com alguns Municípios, dando o Município de Leiria como exemplo. Acrescentou, por fim, que a descentralização se apresenta como uma das metas do Plano de Recuperação e Resiliência, traduzindo-se num compromisso assumido perante todos e que compete a todos contribuir para que tal objetivo seja atingido. -----

Intervenção da Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais -----

----- A Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais da Câmara Municipal de Coimbra interpelou a Representante da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., para revelar que as despesas inerentes aos Serviços de Apoio Logístico não teriam tido em conta qualquer contrato de manutenção ao nível das instalações técnicas e que, por tal

motivo, os valores inscritos no Auto de Transferência seriam baixos, apesar de as instalações se degradarem ao longo do tempo. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra sinalizou que, no Auto de Transferência, não existe contemplada nenhuma rubrica respeitante ao consumo de água, levantando a dúvida se tal facto se deveria, porventura, a uma falha dos serviços. -----

Intervenção da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. -----

----- A Representante da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., Dr.^a Ilda Costa, justificou que, nos Autos de Transferência propostos e enviados até maio de dois mil e vinte e dois, o Anexo VII, respeitante às verbas, encontrar-se-ia mais completo, apresentando os custos logísticos discriminados com parcelas correspondentes ao fornecimento de eletricidade, água, gás e saneamento. A Dr.^a Ilda Costa concluiu que os custos da água estariam incluídos nos custos logísticos, apesar de não estarem expressos diretamente. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga retomou a palavra para invocar a existência de detalhes significativos que poderiam comprometer o processo. Alegou, como justificação, o acréscimo de um edifício novo ao Auto de Transferência proposto em julho de dois mil e vinte e três. O senhor Vice-Presidente indicou que estaria em causa o aparecimento do Centro de Diagnóstico Pneumológico de Coimbra, pela primeira vez, no tal Auto de Transferência, tendo um funcionário alocado e apresentando cinquenta e cinco por cento dos seus equipamentos obsoletos. O Professor Doutor Francisco Veiga constatou que a inclusão do novo edifício, um novo funcionário e novos equipamentos, não teria comportado qualquer acréscimo na verba a transferir. Continuou a sua intervenção indicando que entre o Auto de Transferência de competências na área da educação e os custos reais que a Câmara Municipal de Coimbra estaria a comportar, detetou-se que existe um diferencial de mais de um milhão de euros, sendo previsível que o mesmo venha a suceder também na área da Saúde. O senhor Vice-Presidente concluiu que a Câmara Municipal de Coimbra não poderia assumir o Auto de Transferência na área da saúde de ânimo leve, considerando inclusivamente o que tem acontecido em relação a outras áreas cuja transferência já se encontra concluída. -----

Intervenção da Presidente do Conselho Clínico e de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego -----

----- A Presidente do Conselho Clínico e de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, Dr.^a Almerinda Marques, agradeceu a cedência da palavra ao senhor Vice-Presidente e cumprimentou os presentes na sala, em seu nome e em nome do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego. A Presidente indicou que, em relação às instalações e condições nas quais os profissionais do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego trabalhariam, as dificuldades seriam preocupantes. A Dr.^a Almerinda Marques

constatou que são feitos reportes diários de tais dificuldades pelos profissionais e aos quais o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego não consegue dar resposta por ausência de autonomia para tal. Acrescentou que as condições climáticas são um dos problemas mais reportados e que, na sua opinião, os profissionais trabalham em condições que, nalguns casos, chegam a ser quase desumanas. No respeitante aos profissionais na carreira de Assistente Operacional, a Presidente do Conselho Clínico e de Saúde alertou para a atenção necessária na definição clara das funções que tais colaboradores teriam de desempenhar, nomeadamente ao nível dos resíduos e resíduos contaminados, caso eventualmente houvesse contratação de tais recursos humanos. Indicou que a ausência desse cuidado se traduziria em complicações recorrentes, dado que seriam funções diárias no trabalho dos centros de saúde e que, não estando contempladas nos contratos de trabalho, não poderiam ser obrigações dos trabalhadores. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra rematou, pedindo desculpa pela linguagem menos formal, dizendo que a Câmara Municipal de Coimbra, no caso em apreço, quase poderia equiparar-se a um mero gestor de condomínio. Acrescentou que a Câmara não deverá interferir nos cuidados de saúde, mas sim, e apenas, ao nível das instalações e dos profissionais em carreira de Assistente Operacional. O senhor Vice-Presidente complementou que a responsabilidade da Câmara Municipal de Coimbra consistirá em garantir o bom estado de conservação das instalações e equipamentos, nomeadamente ar condicionado, fechaduras e jardins, enfatizando que o papel que a Câmara assumirá, neste contexto, assemelha-se a um gestor de condomínio, com a agravante de que o gestor de condomínio normal imputaria a conta aos condóminos, e, nesta situação em particular, o gestor de condomínio ficaria com a conta. -----

Intervenção do Diretor do Departamento de Educação e Saúde -----

----- O Diretor do Departamento de Educação e Saúde da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Fernando Rovira, tomou a palavra e agradeceu a presença de todos. Iniciou a sua intervenção indicando que a proposta da tutela para a descentralização assenta em quatro vertentes distintas, que passou a enumerar. A primeira vertente, referente aos **serviços de apoio logístico**, na qual deu como exemplos a conservação e manutenção dos elevadores, o gás, a eletricidade, a segurança, a limpeza e outras questões que, entretanto, teriam sido identificadas pelos serviços como estando em falta; uma segunda vertente, referente aos **trabalhadores na carreira de Assistente Operacional**. Sobre esta matéria, o Diretor de Departamento advertiu para a diminuição do número daqueles profissionais desde o primeiro Auto de Transferência proposto até ao último apresentado e que, como tal, seria conveniente obter a informação sobre a razão deste facto, de modo a averiguar se tal variação teria como base funcionários que estariam em excesso face às necessidades dos Centros de Saúde, e que entretanto haviam sido dispensados, ou se, porventura, se teriam reformado e, por conseguinte, os lugares que ocupavam teriam que ser alvo de reposição, para assegurar o normal funcionamento dos serviços. Adicionalmente, o

Diretor de Departamento questionou qual a entidade que, neste último caso, seria responsável por acautelar tal reposição. No respeitante à terceira vertente, referente a **Equipamentos**, o Dr. Fernando Rovira alertou para a inexistência de qualquer verba destinada à sua manutenção ou substituição, apesar do mau estado em que tais equipamentos se apresentam atualmente. Na quarta vertente, respeitante aos **Imóveis**, o Diretor de Departamento indicou que este aspeto engloba a manutenção dos espaços interiores e exteriores, bem como a gestão de rendas, dado que grande parte das instalações funcionam em imóveis arrendados. O Dirigente evidenciou que, do estudo elaborado pela Divisão de Saúde e complementado pelo estudo liderado pela Eng.^a Ana Pimentel, os dados apresentados previamente pela Dr.^a Ilda Costa, respeitantes aos valores necessários para a transferência de competências, não corresponderiam à verdade, tratando-se de um desfasamento na ordem de um milhão de euros. No respeitante à conservação do edificado, o Diretor manifestou que a diferença seria de vários milhões de euros. O Dr. Fernando Rovira continuou a sua intervenção indicando que a conservação dos edifícios seria o que suscitaria maiores dúvidas, dado o paralelismo com outras áreas já transferidas, nomeadamente a da área da Educação. Expôs que o próprio Presidente da Câmara Municipal de Coimbra teria estado em contacto com a Direção-Geral das Autarquias Locais, em matéria da transferência de competências na área da Educação e, em virtude da experiência adquirida no âmbito do referido processo, a Câmara Municipal manifesta agora alguma cautela relativamente à assunção de responsabilidades semelhantes na área da saúde. O Dirigente comentou que seria do conhecimento geral que, eventualmente, o Município de Coimbra prepara-se para aceitar a proposta de Auto de Transferência e manifestou que a sua opinião seria que tal seria o correto. Elencou, no entanto, as suas reservas quanto ao Auto proposto, face às verbas aí contempladas, e os comentários proferidos pela Presidente do Conselho Clínico e de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, Dr.^a Almerinda Marques, relativos às condições de trabalho dos funcionários dos Centros de Saúde do concelho de Coimbra. O Diretor concluiu que o Município se encontra ciente das exigências que a transferência de competências comporta e que, para tal suceder, haveria um conjunto de situações que seria necessário clarificar previamente à assunção de tais responsabilidades. -----

Intervenção do Diretor do Departamento de Ação e Habitação Social -----

----- O Diretor do Departamento de Ação e Habitação Social da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Francisco Rodrigues, solicitou a palavra, por forma a transmitir a experiência do seu Departamento no respeitante à transferência de competências na área da Ação Social. O Dirigente manifestou a dificuldade do Departamento de Ação e Habitação Social na construção do orçamento de atuação da Câmara Municipal de Coimbra nesta matéria, uma vez que a informação relativa a encargos e despesas proveniente da Segurança Social, I.P. seria inferior aos custos reais que a Câmara Municipal estaria, atualmente, a comportar. Acrescentou que tal facto poderia derivar da proximidade dos serviços municipais aos cidadãos, facilitando o acesso,

reportando a despesa com medicamentos e com apoios de emergência como exemplos de situações de despesa francamente superior ao expectável, face aos dados fornecidos pela Segurança Social, I.P. O Dirigente expressou a sua preocupação com a gestão do financiamento pela Direção-Geral das Autarquias Locais, uma vez que este organismo não terá apresentado, no decorrer do processo, o mesmo espírito de colaboração demonstrado pela Administração Regional de Saúde do Centro I.P. Complementou que a análise da Direção-Geral das Autarquias Locais seria numa base de interpretação de fenómenos e da sua classificação quanto à relevância da despesa, e que tal seria uma dificuldade para o apuramento dos custos efetivos e ressarcimento das despesas que deveriam ter sido acauteladas em Orçamento de Estado. O Dr. Francisco Rodrigues concluiu a sua intervenção recomendando cautela à autarquia no respeitante a aceitação da nova competência na área da saúde e à definição do seu orçamento. -----

Intervenção do Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra -----

----- O Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Professor Doutor Graciano Paulo, solicitou a palavra e indicou que a sua intervenção adviria enquanto participante no Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, mas também enquanto utente. Indicou que, em consonância com a intervenção anterior da Dr.^a Almerinda Marques, os utentes dos Centros de Saúde do concelho identificariam, como prioritária, a necessidade de intervenção nas infraestruturas, equipamentos e instalações dos cuidados primários. O Professor Doutor Graciano Paulo apontou que, do seu entendimento face às intervenções prévias, a legislação determinaria um valor anual, calculado por metro quadrado, a transferir para a autarquia, tendo como pressuposto que os equipamentos estariam em bom estado de conservação e utilização. Adicionalmente, o Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra questionou se os equipamentos informáticos passariam também a ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Coimbra. Justificou tal questão por considerar que os programas clínicos e os equipamentos informáticos seriam um dos grandes entraves ao funcionamento do sistema. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga reiterou que a intervenção da Dr.^a Almerinda Marques teria sido clara nesta matéria e que, enquanto médica de um Centro de Saúde, reconhece a manifesta falta de condições de algumas infraestruturas. -----

Intervenção da Presidente do Conselho Clínico e de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego -----

----- A Dr.^a Almerinda Marques clarificou que desempenhara funções de médica de família, mas no Centro de Saúde de Cantanhede. Complementou que se apresentaria no Conselho Municipal de Saúde de Coimbra enquanto Presidente do Conselho Clínico e de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego e que, por tal facto, conhece bem a realidade comum a todo o agrupamento, principalmente em matéria de climatização. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Presidente do Conselho Municipal de Saúde questionou se haveria mais intervenções e referiu que estaria disponível para prestar qualquer esclarecimento por escrito. Não havendo mais intervenções a declarar, avançou-se para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto Três - Ponto de Situação da Execução da Estratégia Municipal de Saúde -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga indicou que o ponto de situação da execução da Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra seria exposto pela colaboradora da Divisão de Saúde Dr.^a Ana Rita Rodrigues, tendo por base uma apresentação que se anexa à presente ata. Terminada a apresentação, o senhor Vice-Presidente agradeceu à colaboradora e solicitou aos presentes que se pronunciassem face ao exposto sobre aquela matéria. -----

Intervenção do Vereador Hernâni Caniço -----

----- O Vereador Doutor Hernâni Caniço começou por agradecer ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde a palavra e por pedir desculpa pela eventualidade de ser injusto, uma vez que as condições acústicas da sala poderiam ter causado alguma dúvida perante o que tinha sido exposto pelos presentes nas respetivas intervenções. Saudou os serviços municipais pela exposição efetuada, demonstrando trabalho valioso, e que deveria ser reconhecido em função de um conjunto de metas, eixos e objetivos que estariam estabelecidos. Solicitou o acesso a todos os pontos da Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra, nomeadamente no referente às metas a atingir e as respetivas percentagens de execução, em similaridade com o que fora apresentado. Justificou tal pedido pela existência de ações e respetivo ponto de situação às quais não teria tido acesso e que, por conseguinte, não poderia ajudar e cooperar naquilo que fossem os problemas detetados que impedissem a respetiva execução. O Vereador indicou ter à sua frente a Estratégia Municipal de Saúde, constituída por múltiplos eixos e objetivos que não teriam sido abordados na apresentação, constatando que tal conhecimento seria útil numa futura oportunidade. O Doutor Hernâni Caniço concluiu a sua intervenção elencando algumas questões. No respeitante ao Eixo Três - Cuidados de Saúde de Proximidade -, o Doutor Hernâni Caniço questionou o ponto de situação da elaboração da Carta e Plano Municipal de Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários, solicitando particular atenção aos indicadores de saúde recolhidos e às discrepâncias existentes entre freguesias. De seguida, questionou ainda sobre o ponto de situação da articulação entre o Município e a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., tendo em vista o aumento da cobertura de médicos de família no Município, ação prevista na Estratégia Municipal de Saúde. O Vereador comentou que seria despiciente comentar os dados que seriam públicos naquela matéria e que pretendia conhecer as ações concretas que foram levadas a cabo. O Doutor Hernâni Caniço terminou a sua intervenção com uma última questão referente ao Perfil Municipal de Saúde. O Vereador constatou que teriam sido detetados piores indicadores de saúde nas freguesias de Brasfemes e de Torres do Mondego, nomeadamente na prevalência de doenças malignas. Face a tais factos, questionou quais as medidas que estariam previstas ou tomadas,

apesar de compreender a escassez de tempo para tal implementação, para a ultrapassagem e correção da evidência demonstrada pela Professora Doutora Paula Santana nesta problemática. -

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Professor Doutor Francisco Veiga, dirigiu-se ao Vereador Doutor Hernâni Caniço e informou que o convite que lhe teria dirigido para ser convidado do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra adviria do facto de o Vereador ser uma pessoa completamente atenta à Estratégia Municipal de Saúde e que, em virtude de tal facto, os seus contributos seriam sempre bem-vindos. O senhor Vice-Presidente acrescentou que, mesmo que os seus comentários pudessem ter implícitas algumas críticas subtis, seriam sempre e em todo o caso consideradas como um contributo e fator de estímulo para a equipa. No respeitante às questões colocadas, o Professor Doutor Francisco Veiga comentou que a Estratégia Municipal de Saúde não fora elaborada sob a sua supervisão, mas sim pelo executivo anterior. Clarificou que, não sendo opositor, tal documento fora elaborado por uma consultora externa, através de um grupo de trabalho liderada pela Professora Doutora Paula Santana, e que, no estudo apresentado, não teriam sido considerados os recursos à disposição, propondo diversas ações municipais sem, porém, analisar (ou ponderar realisticamente) a sua capacidade de execução. O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu como exemplo a questão da contratação de médicos de família em articulação com a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., indicando que tal articulação seria desejável, mas não se concretizaria. Complementou que a Divisão de Saúde da Câmara Municipal de Coimbra já teria tentado promover essa articulação, através de algumas reuniões que mantivera com a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., mas nunca tais abordagens foram bem-sucedidas, pois a decisão de contratação de profissionais clínicos não passaria pela Câmara Municipal. O Professor Doutor Francisco Veiga manifestou que manteria a ambição naquele tópico, uma vez que seria a única via para melhorar o desempenho do concelho na área da saúde. Relativamente às outras questões elencadas pelo Vereador Doutor Hernâni Caniço, o senhor Vice-Presidente expôs que os serviços iriam empenhar esforços para que as ações fossem implementadas. No respeitante às duas freguesias mencionadas e respetiva prevalência de doenças malignas, o Professor Doutor Francisco Veiga referiu que compete à Divisão de Saúde transmitir às autoridades competentes tal realidade, por forma a desencadear, localmente, iniciativas para rastreio, investigação das respetivas origens e soluções de tratamento. O senhor Vice-Presidente terminou a sua intervenção agradecendo os contributos providenciados e solicitou a todos os presentes que se sentissem à vontade para, querendo, criticarem as ações desenvolvidas pela Divisão de Saúde, uma vez que tais contributos seriam estímulos para a melhoria efetiva dos trabalhos. -----

Intervenção do Diretor do Departamento de Saúde Pública Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. -----

----- O Diretor do Departamento de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., Dr. João Pedro Pimentel, tomou a palavra e cumprimentou os presentes. Indicou que ouvira com atenção a apresentação dos resultados alcançados até ao momento na Estratégia Municipal de Saúde e saudou os envolvidos no processo. Tendo por base o projeto “Selo Saudável”, apresentado na reunião anterior do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, em dezembro de dois mil e vinte e dois, o Dr. João Pedro Pimentel apresentou a sua apreensão quanto ao estado de desenvolvimento do mesmo, considerando-o entusiasmante, com um público-alvo destinado e mobilizador dos estabelecimentos de restauração da cidade. O Diretor partilhou que perspetivou tal projeto como sendo uma prioridade para a Divisão de Saúde e manifestou o seu desânimo ao verificar que tal projeto não havia sido abordado na apresentação realizada. Acrescentou, face à potencialidade do projeto, que tal atividade seria um significativo instrumento de promoção da saúde pelo impacto que a alimentação saudável comportaria na saúde da população. Mantendo a atitude colaborativa, o Dr. João Pedro Pimentel apresentou a sua disponibilidade, em nome do Departamento de Saúde Pública, para colaborar na implementação de tal projeto. Referiu que compreende a necessidade de integrar nutricionistas na equipa de desenvolvimento, estando em absoluto acordo, e constatou que a Estratégia Municipal de Saúde, face às ações nela plasmadas, não é um documento de fácil implementação. De seguida, o Dr. João Pedro Pimentel retomou um outro tema já abordado na reunião anterior do Conselho Municipal de Saúde, referente aos acidentes rodoviários na zona urbana e periurbana da cidade de Coimbra. Indicou que já teria identificado, em dezembro anterior, que a mortalidade na região centro seria um dos piores indicadores associados à região e que o concelho de Coimbra não seria exceção. Terminou a sua intervenção apelando à autarquia para o seu envolvimento com *stakeholders* locais, por forma a desenvolver e integrar na Estratégia Municipal de Saúde ações preventivas de combate à sinistralidade rodoviária, visto que afetaria diretamente a saúde dos municípios. -----

Intervenção da Deputada à Assembleia Municipal Lúcia Santos -----

----- A Deputada à Assembleia Municipal de Coimbra, Doutora Lúcia Santos, cumprimentou o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, bem como todos os conselheiros presentes, agradecendo o convite dirigido à sua pessoa. Deu início à sua intervenção dando nota de que, independentemente da formalização da transferência de competências na área da saúde, compreendia perfeitamente as limitações e reservas que a Câmara Municipal de Coimbra apresentara face a tal tema. Constatou que os Municípios podem, e devem, ter uma atividade relevante na saúde e bem-estar das populações, mesmo sem a transferência de competências concretizada, uma vez que promover a saúde dos municípios permite poupar recursos e contribuir para sociedades produtivas e felizes. A Deputada acrescentou que o Plano Municipal de Saúde é uma ferramenta estratégica privilegiada, uma vez que não foi um documento elaborado a nível central, para implementação em todo o território, mas sim elaborado especificamente para a

população do concelho, com base nos dados obtidos no Perfil Municipal de Saúde. A Doutora Lúcia Santos citou o filósofo Sócrates referindo que “a saúde não é tudo, mas tudo é nada sem saúde” e que tal área é particularmente complexa, dado que abrange diversas outras áreas, tais como as questões económicas, a habitação e a educação. Afirmou que não existe saúde sem educação, alimentação saudável, habitação condigna e sem literacia, sendo esta última área reconhecida como um dos pilares fundamentais para a promoção da saúde para alcançar as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para dois mil e trinta. A Deputada salientou que, para concretizar o Plano Municipal de Saúde, o Município teria que ter presente todas aquelas realidades que enumerou previamente e compreender que, para colocar em prática tal Plano, tem de o encarar como um processo naturalmente gradual e progressivo. Complementou que compreende a existência de metas e objetivos que, porventura, possam não ter sido integralmente concretizados e que, na sua opinião, a Câmara Municipal de Coimbra deveria funcionar como um agregador de todas as competências e especialistas já presentes no Conselho Municipal de Saúde, para que, em conjunto, se pudesse fazer a diferença otimizar os indicadores na saúde do Município. A Doutora Lúcia Santos questionou, retoricamente, qual seria, após a reunião, o seguimento das ideias e projetos sugeridos no plenário, tendo proposto a criação de grupos de trabalho que seriam responsáveis por ações específicas. Recomendou que, para tal, os serviços municipais constituíssem tais grupos, com recurso aos atores presentes e de acordo com as suas respetivas áreas de atuação. A Doutora Lúcia Santos recordou uma intervenção sua, proferida em Assembleia Municipal em dois mil e vinte um, aquando da apresentação dos resultados do Perfil Municipal de Saúde de Coimbra, dizendo que “Coimbra, um Município de pessoas idosas, maltratadas e que morrem, literalmente, de frio”. A Deputada indicou que estaria a recuperar tal intervenção por considerar que o apoio aos idosos deveria ser uma prioridade para a Câmara Municipal, considerando o atual retrato demográfico da população. A Doutora Lúcia Santos sugeriu que, perante uma população idosa, em muitas situações a viver sozinha, doente e com poucas competências para gerir a vida diária, a Câmara Municipal deveria criar um gabinete de capacitação do idoso. Deu como exemplo, para fundamentar tal sugestão, a existência de pessoas que ao receberem uma carta da luz, água, ou até do tribunal, não a conseguem interpretar. Justificou, adicionalmente, que tal ação englobaria a saúde, mas também outras vertentes da vida quotidiana, na medida em que tudo contribuiria para a saúde, física e mental, equilíbrio e segurança das pessoas. A Deputada concluiu a sua proposta indicando que a experiência das pessoas mais velhas não pode, nem deve, ser descurada, mas sim aproveitada para a sociedade e para a própria economia, contribuindo, para o combate ao estigma, a capacitação das pessoas e permitindo que vivessem confortáveis no seu dia-a-dia. De seguida, a Doutora Lúcia Santos questionou sobre ao ponto de situação de uma das ações previstas na Estratégia Municipal de Saúde que teria sido apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, ainda enquanto membro da oposição. Tal ação consistiria na criação de um Centro de Investigação em

Medicina Preventiva e Saúde Comunitária, tendo sido proposto o envolvimento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, com o objetivo de desenvolver investigação para a implementação, monitorização e acompanhamento do Plano Municipal de Saúde. A Doutora Lúcia Santos indicou que, por parte da Universidade de Coimbra, as restantes faculdades da área da saúde também deveriam estar representadas neste Centro, indicando a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, a Faculdade de Farmácia e a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física. A Deputada concluiu a sua intervenção indicando que tal questão adviria da sua vontade de compreender se tal projeto ainda estaria em planeamento, pela importância que lhe inculiria. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga agradeceu os contributos da Doutora Lúcia Santos e indicou que as ações que teria referido estariam planeadas e que seriam aperfeiçoadas de acordo com a sua intervenção. Retomou a resposta ao Vereador, Doutor Hernâni Caniço, indicando que os serviços municipais iriam enviar o ponto de situação de todas as ações do primeiro semestre de dois mil e vinte e três, com a indicação da taxa de execução e observações, uma vez que algumas metas nunca seriam atingidas por diversos fatores, nomeadamente limitação orçamental ou falta de enquadramento legal, recursos que a Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra não teria acautelado. -----

Intervenção da Delegação Regional do Centro da Ordem dos Psicólogos Portugueses -----

----- A Presidente Interina da Delegação Regional do Centro da Ordem dos Psicólogos Portugueses, Dr.ª Linda Vaz, cumprimentou o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, todos os conselheiros e a equipa dos serviços municipais. Iniciou a sua intervenção congratulando a Câmara Municipal de Coimbra pelo investimento feito na saúde mental, referindo o protocolo firmado entre ambas as entidades em maio. A Dr.ª Linda Vaz referiu que, apesar da execução e da avaliação positiva em relação àquele tipo de protocolos, a sua sustentabilidade seria um ponto fulcral no desenvolvimento. Acrescentou que considerava importante implementar ações de capacitação das pessoas em matéria de autorregulação e autonomia, por forma a serem elas próprias promotoras de saúde no futuro. A Presidente Interina manifestou que a certificação de um Município enquanto local de trabalho saudável seria de facto importante e sinalizadora de que tal entidade estaria a trabalhar para o bem-estar e para a promoção da saúde dos seus colaboradores, que, por sua vez, estariam a trabalhar com a população. Indicou que todas as metas adjacentes ao protocolo mencionado previamente seriam executadas por pessoas e que também essas pessoas precisariam de reunir condições para tal execução. A Dr.ª Linda Vaz expressou que a avaliação dos riscos psicossociais deveria ser abordada de forma contínua, uma vez que todos os anos ocorreriam alterações ao panorama dos funcionários. Acrescentou que o desafio da transferência de competências na área da saúde

comporta também necessidade de adaptação das pessoas e dos serviços. A representante da Delegação Regional do Centro da Ordem dos Psicólogos Portugueses terminou a sua intervenção dando nota de que compreende que nem sempre os Municípios dispõem dos recursos e financiamento face às necessidades reais da população. Como tal, recomendou que, à semelhança do protocolo com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, fossem igualmente estabelecidas ligações com outras entidades, objetivando uma gestão mais eficaz das respostas que poderiam ser dadas. Por fim, a Dr.^a Linda Vaz congratulou novamente a Câmara Municipal de Coimbra pelas sinergias já estabelecidas. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga agradeceu as palavras da Dr.^a Linda Vaz e indicou que, por elementar razão de justiça, teria que mencionar o trabalho desenvolvido pelo executivo anterior, que permitiu a elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra, documento estratégico e orientador de crucial importância para o trabalho que a Divisão de Saúde se encontra atualmente a desenvolver. Continuou a intervenção indicando que o facto de a Estratégia ter sido elaborada e concluída no mandato anterior permitiu um enorme avanço no trabalho do executivo atual. O senhor Vice-Presidente confidenciou perante os presentes que o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra lhe conferiu total liberdade para a reformulação da anterior Divisão de Saúde e Ambiente, apoiando, no âmbito da reestruturação dos serviços, a criação da Divisão de Saúde como unidade orgânica independente e autónoma, superando a expectativa face à ideia inicial de criação de um gabinete. Acrescentou que a criação de tal Divisão, sediada na Rua do Instituto Maternal, traduz por si só a importância que este executivo confere à área da saúde e aquilo que representa no contexto da política local. O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra realçou o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, para dinamizar e valorizar a ação do Município na área da Saúde, salientando a importância de reforçar a equipa. O Professor Doutor Francisco Veiga comentou que, naquele momento, estariam apenas quatro pessoas a trabalhar na Divisão e que, para a mesma crescer, apelava à Senhora Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Dr.^a Elsa Marques, para contribuir, nas suas competências, para a construção de uma equipa multidisciplinar com várias áreas de formação base. Indicou, adicionalmente, que a contratação de um Nutricionista para a Divisão de Saúde seria uma prioridade. O senhor Vice-Presidente terminou a sua intervenção agradecendo à Dr.^a Linda Vaz as suas palavras de estímulo, salientando, por outro lado, o trabalho do anterior executivo, que liderou o processo de desenvolvimento da Estratégia Municipal de Saúde, o que, por conseguinte, proporcionou que o mandato atual não começasse os trabalhos a partir do zero. -----

Intervenção da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra -----

----- O Subdiretor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, Professor Doutor João José Sousa, tomou a palavra e cumprimentou o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, a equipa dos serviços municipais e todos os colegas do Conselho Municipal de

Saúde. O representante da Faculdade de Farmácia indicou que tencionava intervir no ponto número quatro “Sugestões dos Membros do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra para ações a desenvolver”, mas que a intervenção da Deputada Municipal, Doutora Lúcia Santos, o teriam feito repensar tal intervenção. O Professor Doutor João José Sousa realçou que, de facto, Coimbra é um Município reconhecido, nacional e internacionalmente, como um Município da saúde, onde a saúde seria bem tratada pelas suas instituições, pelas escolas e pelos restantes *players* ali representados. O Subdiretor indicou que, conforme mencionado previamente, a literacia em saúde assume-se como um dos fatores a considerar, na medida em que o conceito de saúde inclui a saúde curativa, também conhecida como saúde para tratamentos ou saúde de diagnóstico, mas também a literacia em saúde. Complementarmente, o Professor Doutor João José Sousa congratulou a Dr.^a Ana Rita Rodrigues pela exposição das ações da Estratégia Municipal de Saúde já executadas, ou em execução, e na qual mencionou um eixo completamente dedicado à literacia em saúde. O representante da Faculdade de Farmácia assumiu que a literacia poderia ser um dos aspetos em que a instituição que representa poderia contribuir com o seu apoio. Acrescentou que, conforme mencionado pela Doutora Lúcia Santos, a saúde não se refere apenas à saúde humana, mas também à saúde ambiental, utilizando como exemplos o ambiente das pessoas, o ambiente animal, o ambiente ecológico, o ambiente farmacológico, entre outros. O Professor Doutor João José Sousa, em conformidade com o que já teria sido dito pelo Diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, Professor Doutor Fernando Ramos, na anterior reunião do Conselho Municipal de Saúde, cuja ata tivera a oportunidade de ler, realçou que a Faculdade de Farmácia continua disponível para apoiar os grupos de trabalho que venham a ser constituídos, conforme sugestão da Doutora Lúcia Santos. Adicionalmente, demonstrou a disponibilidade de tal instituição para que se comesse a ensinar saúde aos mais jovens e comentou que a Câmara Municipal de Coimbra teria ligações preferenciais com a rede das escolas públicas. Citou o ditado “diz-me o que comes e direi a tua saúde” e reinventou-o para “diz-me onde vives e direi a tua saúde”. O representante da Faculdade de Farmácia referiu novamente que a saúde não implica apenas e só a saúde curativa, acrescentando que a Faculdade de Farmácia estaria entusiasmada com o projeto e disponível para colaborar. -----

Intervenção do Conselho Regional do Centro da Ordem dos Médicos -----

----- O representante do Conselho Regional do Centro da Ordem dos Médicos, Dr. João Mariano Pego, saudou os presentes e agradeceu ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Professor Doutor Francisco Veiga, o convite e disponibilidade para receber a Ordem dos Médicos no Conselho Municipal de Saúde. O Dr. João Mariano Pego referiu que, num sistema eficiente e globalmente acessível, proporcionar cuidados de saúde adequados a toda a população seria um dos elementos fundamentais de uma sociedade justa. O representante atribuiu particular relevo em reforçar a aposta inequívoca na promoção de saúde e na literacia em saúde, situação que, lamentavelmente, não se tem verificado nas últimas décadas, uma vez que a atuação, no que

à saúde diz respeito, continua muito focada no tratamento dos doentes. Acrescentou que estaria na altura de, além de tratar os doentes, apostar na prevenção da doença e promoção da saúde, saudando, de seguida, o Plano Municipal de Saúde e as ações que já desenvolvidas nesse Eixo estratégico. Concluiu a sua intervenção assinalando que dever-se-ia apostar nos elementos fundamentais de saúde pública, como a promoção da saúde mental, a prevenção e gestão do doente crónico, o acesso aos cuidados e à definição das tecnologias a utilizar na qualidade assistencial e no acompanhamento dos doentes. Acrescentou que consideraria fundamental a dinamização de campanhas de literacia em saúde e bem-estar, bem como a promoção de campanhas que favorecessem o envelhecimento ativo e saudável, uma vez que, numa população envelhecida, como a nossa, seria fundamental que a velhice fosse vivida com qualidade de vida. Saudou o trabalho desenvolvido e expressou total disponibilidade para prestar colaboração. -----

Intervenção da Associação de Farmácias de Portugal -----

----- A Vice-Presidente da Associação de Farmácias de Portugal, Dr.^a Manuela Pacheco, tomou a palavra e agradeceu o convite ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Confessou que julgava inclusivamente que a Câmara Municipal de Coimbra já teria formalizado a transferência de competências na área da saúde, através da assinatura do respetivo Auto de Transferência. A Dr.^a Manuela Pacheco comentou que as intervenções dos membros que se pronunciaram anteriormente abordaram essencialmente a saúde dos mais velhos e que, apesar de as farmácias serem serviços de saúde privados, desempenham, todavia, um importante trabalho em prol da saúde pública. De seguida, revelou que as farmácias teriam vários projetos e programas que não estariam a ser reconhecidos como úteis e apresentou a Associação de Farmácias de Portugal como disponível para prestar alguns serviços de saúde que as Câmaras Municipais necessitariam como forma de aproveitamento de recursos humanos. A Vice-Presidente comentou que os médicos se encontram sobrecarregados e que algumas situações poderiam perfeitamente ser triadas previamente pelas farmácias, evitando a deslocação dos utentes aos serviços de urgência, nos casos de ocorrências não urgentes, o que, conseqüentemente, garantiria a racionalização dos serviços médicos. A Dr.^a Manuela Pacheco acrescentou que as farmácias dinamizariam serviços de promoção de saúde, bem-estar e prevenção da doença, entre os quais a preparação individualizada da medicação, a revisão da terapêutica, os programas de cessação tabágica, entre outros programas que poderiam ser considerados como complementares aos serviços de saúde públicos, através da utilização de tais serviços prestados pelas farmácias. A representante da Associação de Farmácias de Portugal acrescentou que, na época de vacinação seguinte, as farmácias seriam responsáveis pela vacinação contra a gripe sazonal e COVID-19, indicando que tal seria prova do reconhecimento do papel de tais entidades pela Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde. Manifestou que esse reconhecimento a nível central poderia ser o reconhecimento inicial da capacidade das farmácias em intervir na saúde local. A Vice-Presidente da Associação terminou a sua intervenção indicando que, no seu entender e no

das farmácias, a delegação de competências poderia ser alargada aos serviços prestados por estas, através da inclusão das farmácias nos serviços de saúde existentes para colmatar as necessidades das autarquias. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga agradeceu a intervenção e indicou que a equipa da Divisão de Saúde teria escutado atentamente tais palavras. -----

Intervenção da Ordem dos Nutricionistas -----

----- A representante da Ordem dos Nutricionistas, Professora Doutora Helena Loureiro, cumprimentou o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, bem como todos os presentes e mencionou que, na reunião anterior do Conselho Municipal de Saúde, teria tido a oportunidade de manifestar a disponibilidade da Ordem dos Nutricionistas para colaborar com a Divisão de Saúde na implementação da Estratégia Municipal de Saúde e congratulou a intenção da Câmara para a contratação de Nutricionistas. A representante da Ordem dos Nutricionistas referiu que, enquadrada na literacia em saúde, poder-se-ia considerar a literacia nutricional e que tal conceito seria fundamental em todos os ciclos de vida. Enfatizou que, no envelhecimento ativo, a componente nutricional seria deveras relevante, dando a sarcopenia como exemplo no qual esta componente seria importante para o envelhecimento ativo e qualidade de vida. A Professora Doutora Helena Loureiro terminou a sua intervenção demonstrando o seu agrado face ao generalizado consenso em torno da importância da nutrição e reiterou a disponibilidade da Ordem dos Nutricionistas para colaborar no que fosse necessário. -----

Intervenção da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra -----

----- A representante da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Professora Doutora Paula Tavares, iniciou a sua intervenção cumprimentando o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e todos os presentes na reunião. Expôs que considera óbvio o papel da atividade física e da prática regular de exercício enquanto componentes fundamentais na saúde, quer ao nível da prevenção, quer ao nível do tratamento. A Professora Doutora Paula Tavares referiu que estão em curso vários projetos europeus para a promoção de estilos de vida saudável, incluindo o reforço da atividade física nas escolas para crianças e jovens de idades compreendidas entre os seis e os dezoito anos, e que teria muito gosto em implementar tal projeto nas escolas do concelho de Coimbra. A representante da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física referiu que, para além daqueles projetos, colaboram também com a UC Desporto e que a Faculdade teria todas as condições para participar, quer em campanhas de prevenção, quer na prescrição de exercício físico, em conjunto com as entidades de saúde. Terminou a sua intervenção referindo que a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra estaria, naturalmente, disponível para colaborar nos projetos que a Câmara Municipal de Coimbra considerasse relevantes. -----

Intervenção do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E. -----

----- A Presidente do Conselho de Administração do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E., Dr.^a Margarida Ornelas, cumprimentou o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e todos os conselheiros. Indicou que o envelhecimento da população, o aumento da esperança média de vida e a doença oncológica são, no atual contexto, preocupações para o Instituto de Oncologia. Aludiu ao Plano Europeu de Luta Contra o Cancro, denotando que cerca de quarenta por cento dos casos de tal patologia seriam evitáveis. Nesse seguimento, a Dr.^a Margarida Ornelas manifestou a necessidade de investimento na prevenção da doença e na promoção da saúde, referindo que o Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E. teria vindo a enveredar esforços no âmbito da literacia em saúde, através do desenvolvimento de várias ações e medidas. A título exemplificativo, enumerou a realização de campanhas temáticas mensais, onde seriam abordados os vários tipos de cancro, e outros eventos para comunidade. A Dr.^a Margarida Ornelas terminou a sua intervenção recordando que, na anterior reunião do Conselho Municipal de Saúde, manifestara disponibilidade total para colaborar com a Câmara Municipal de Coimbra e reiterou o apoio para a organização de ações promotoras de literacia, através dos meios humanos do Instituto. -----

Intervenção da Associação Nacional das Farmácias -----

----- A Presidente da Direção da Delegação do Centro da Associação Nacional das Farmácias, Dr.^a Paula Miranda, cumprimentou o Conselho Municipal de Saúde e, na pessoa do seu Presidente, todas as entidades presentes. A Dr.^a Paula Miranda manifestou o seu agradecimento pelo convite para o Conselho Municipal de Saúde e congratulou os elementos da Divisão de Saúde pelo trabalho que têm desempenhado, enfatizando a contratualização da Associação Dignidade para a implementação do protocolo Abem:, que se aguarda para breve. Partilhou que, do ponto de vista pessoal, na sua farmácia, sita na Figueira da Foz, onde o programa Abem: está implementado, é evidente a mais-valia que tal projeto comporta para os utentes sem capacidade para adquirir a sua medicação e que, conseqüentemente, não conseguiriam tratar a sua doença crónica. A Presidente da Direção da Delegação do Centro comentou que não ouvira nenhuma referência ao projeto de apoio à natalidade aquando da apresentação do ponto de situação da Estratégia Municipal de Saúde e constatou que, apesar de a população idosa ser uma preocupação a considerar, também o apoio à natalidade seria bastante importante. A Dr.^a Paula Miranda denotou a importância capital da rede de farmácias portuguesas, confirmando que as farmácias estão presentes em zonas inóspitas e onde tais estabelecimentos são, na maioria dos casos, o único contacto de referência na saúde. Indicou, de seguida, que a Associação Nacional das Farmácias estaria disponível para colaborar com a Câmara Municipal de Coimbra, através das farmácias e respetivas equipas do concelho de Coimbra, enquanto “braço longo” do Conselho Municipal de Saúde. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga agradeceu a intervenção. Indicou que estariam a registar tais contributos e que a colaboração disponibilizada seria solicitada. -----

Intervenção da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra -----

----- A representante da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Professora Doutora Marília Dourado, cumprimentou o Presidente do Conselho Municipal de Saúde em nome do Diretor da instituição. Indicou que não poderia deixar de tomar a palavra depois de ter escutado os intervenientes, incluindo a sua Ordem profissional, a demonstrar disponibilidade de colaboração. A Professora Doutora Marília Dourado anunciou a disponibilidade da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra para colaborar com a Câmara Municipal de Coimbra, no que o Conselho Municipal de Saúde identificasse como necessário para promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos. De seguida, citou a intervenção anterior da Doutora Lúcia Santos na qual fez referência a “Coimbra, a cidade de velhos, pobres e que morrem de frio” e indicou que tais palavras, apesar do seu carácter genérico, correspondem a uma parte da realidade, e lhe teriam causado arrepios. Afirmou que tal seria uma constatação avassaladora, apesar de Coimbra ser uma região europeia do envelhecimento ativo e saudável e de existirem instituições na cidade como o *Multidisciplinary Institute of Ageing* - MIA Portugal. A representante da Faculdade de Medicina desafiou, face a tais factos, a Câmara Municipal e a equipa da Divisão de Saúde, para que Coimbra descolasse das palavras e avançasse para o terreno, promovendo mais apoios e cuidados de saúde à comunidade sénior que vive isolada, em situação de solidão (independentemente de ser ou não uma opção própria), que vivem miseravelmente ou que morrem de frio. Neste contexto, lançou um desafio à equipa para se dirigirem ao terreno, de modo a conhecerem a realidade de perto, pois só assim, no confronto com a realidade, é possível fazer de facto a diferença, concretizando Coimbra enquanto região amiga dos velhos, que se importa com os velhos e que trabalha para os seus velhos. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga agradeceu a intervenção e indicou que o desafio proposto já estaria em processo de execução, uma vez que a equipa da Divisão de Saúde já tem como prática realizar visitas às freguesias do concelho, por forma a elaborar um perfil de cada freguesia e, conseqüentemente, intervir no sentido de contrariar o *status quo*. -----

Intervenção da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra -----

----- O Presidente da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Professor Doutor Fernando Amaral, cumprimentou o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e felicitou a Câmara Municipal pela constituição da Divisão de Saúde, uma vez que considera tal unidade orgânica deveras importante. Felicitou, de seguida, o facto de a equipa da saúde ter “saído da Câmara Municipal” para o terreno em questões relacionadas com a saúde e expôs a sua esperança nos resultados a obter pela equipa, nomeadamente através do programa “Aproxima-te”. O Professor Doutor Fernando Amaral apresentou a sua expectativa nas ações de aproximação às

peessoas idosas, que vivem sozinhas, ou ao cuidado de outros idosos, em condições de habitação muitas vezes deploráveis e com dificuldades de acesso aos cuidados de saúde básicos. Acrescentou que a Escola Superior de Enfermagem estaria, naturalmente, disponível para colaborar naquela matéria. O Professor Doutor Fernando Amaral continuou a sua intervenção e indicou que, na reunião do Conselho Municipal de Saúde de dezembro, reparou que algumas metas do Plano Municipal de Saúde estariam ainda a zero, no que se refere ao nível de execução. Complementou que seria, na sua opinião, prioritário analisar as metas do Plano e diferenciar a implementação de curto e médio prazo, pois só de tal forma seria possível alcançar as metas. O Presidente da Escola Superior de Enfermagem manifestou a sua estranheza e desconforto perante as metas atingidas a cem por cento, uma vez que tal significa que o Plano não se encontra desenhado com uma visão de futuro. De seguida, apontou o Conselho Municipal de Saúde como resposta possível para o desenho de objetivos intermédios mais direcionados. O Professor Doutor Fernando Amaral sinalizou que a premissa “saúde em todas as políticas” deveria ser substituída por “ação das políticas”, dando como exemplos o Departamento de Ação e Habitação Social e o Departamento de Ambiente e Sustentabilidade enquanto unidades orgânicas com competências que lhes permitem contribuir positivamente para a saúde e que as sinergias entre todos os envolvidos são potenciadoras dos resultados que se pretendem alcançar. O Presidente da Escola Superior de Enfermagem citou Nigel Crisp, na apresentação do relatório da Fundação Calouste Gulbenkian para as perspetivas em saúde 20-30, indicando que “de facto, nós temos uma população envelhecida e é necessário que os sistemas de saúde privilegiem o atendimento aos idosos porque os idosos são aqueles que têm as maiores necessidades e que mais necessitam dos cuidados de saúde, mas não podemos deixar de atender às crianças e aos adolescentes porque, então, nesse caso, não teremos velhos no futuro”. O Presidente referiu que tal visão alargada seria o que, no seu entendimento, faz mais sentido e que a saúde das crianças e adolescentes, nomeadamente no respeitante às adições, seria muito significativa. Terminou a sua intervenção indicando que existem diversas ações a serem tomadas e que a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra já teria, inclusivamente, alguns projetos naquela matéria. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra agradeceu a intervenção do Presidente da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra e informou que todos os Diretores de Departamento da Câmara Municipal já estão a trabalhar em sintonia com a Divisão de Saúde e que já reuniram diversas vezes no âmbito da Estratégia Municipal de Saúde. O Professor Doutor Francisco Veiga referiu que, apesar de algumas ações terem sido apresentadas como concretizadas a cem por cento, as mesmas não estariam esgotadas, podendo ser encaradas numa lógica de continuidade. Complementou que o Plano Municipal de Saúde contempla datas, para efeitos de monitorização da sua execução, e que a apresentação dos serviços indica o

cumprimento das metas de acordo com a cronologia estabelecida no plano de ação, não significando com isso que não estejam previstas outras ações até dois mil e vinte e cinco. -----

Intervenção do Diretor do Departamento de Ação e Habitação Social -----

----- O Diretor do Departamento de Ação e Habitação Social da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Francisco Rodrigues, solicitou a palavra para transmitir que existe, na Câmara Municipal, uma cultura de partilha de informação e de experiências, nomeando o Laboratório de Experimentação Municipal como exemplo de tal facto. De seguida, o Diretor de Departamento retomou o assunto invocado pela Professora Doutora Marília Dourado no respeitante aos idosos. De forma jocosa, indicou que, em vez de idosos, seriam agora designados por adultos mais velhos, mas que, ainda assim, preferiria utilizar a terminologia “jovens há mais tempo”, para evitar ferir suscetibilidades. O Dr. Francisco Rodrigues indicou que a Câmara Municipal de Coimbra tem, de facto, uma enorme preocupação com tal população e que a própria estrutura orgânica possui uma unidade operacional dedicada a esta comunidade: o Gabinete de Gerontologia e Envelhecimento Ativo. O Dirigente enalteceu o trabalho da Chefe do mencionado Gabinete, o seu gosto e dedicação profissional à área da gerontologia, bem como o seu empenho na busca de soluções para cada caso. Terminou a sua intervenção comprometendo-se perante os presentes que poderiam confiar no trabalho e sentido de responsabilidade da Câmara Municipal de Coimbra. --

Intervenção do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E. -----

----- A Vogal do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., Dr.^a Célia Cravo, cumprimentou todos os presentes e membros do Conselho Municipal de Saúde. Enquanto representante do grande hospital que dá resposta à região Centro e, especificamente, ao concelho de Coimbra, a representante do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E. indicou que todos estariam num momento feliz, pela possibilidade de implementar em conjunto projetos já anteriores, pelas pessoas presentes na reunião e pelas disponibilidades já demonstradas, para prestar colaboração. Continuou a sua intervenção congratulando a Divisão de Saúde pelo trabalho realizado e em particular a Dr.^a Ana Rita Rodrigues pelo entusiasmo que depositara na apresentação. A Dr.^a Célia Cravo assinalou que o trabalho do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E. representa, enquanto hospital diferenciado e especializado no tratamento de casos agudos, a “falha” da Estratégia Municipal de Saúde. Clarificou estar a referir-se concretamente aos casos de doentes que não teriam sido acompanhados precocemente, nomeadamente devido à falta de acesso aos cuidados de saúde primários e preventivos, indicando que as listas de espera para o atendimento dos utentes seriam superiores ao desejável. Face a tal informação, a representante comentou que faria todo o sentido que o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E. conseguisse participar e ajudar a evitar que fossem necessários cuidados de forma tão aguda, por deles necessitarem. A Dr.^a Célia Cravo disponibilizou-se para participar em tudo o que pudesse contribuir para o sucesso da implementação da Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra, realçando a qualidade dos

profissionais e as competências do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., por forma a cooperar com os grupos de trabalho sugeridos pela Doutora Lúcia Santos, indicando que seria do interesse da instituição alcançar uma cidade mais saudável. -----

Intervenção do Diretor dos Departamentos de Espaço Público e de Mobilidade, Trânsito e Transportes da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Diretor dos Departamentos de Espaço Público e de Mobilidade, Trânsito e Transportes da Câmara Municipal de Coimbra, Eng. Luís Santos Costa, tomou a palavra e indicou que teriam sido abordados alguns pontos que gostaria de esclarecer, apesar de serem de âmbitos distintos. Indicou que, em matéria de “idosos que morrem de frio”, a Comissão Municipal de Proteção Civil já teria identificado a pobreza energética como um grave problema. Acrescentou que as Comissões Sociais de Freguesia, da competência do colega Dr. Francisco Rodrigues, já desenvolvem esse trabalho de proximidade, junto da comunidade, no sentido de identificar quais os estratos sociais com maiores dificuldades económicas e que não tem condições nem recursos financeiros para aquecer as suas casas. O Eng. Luís Santos Costa confirmou que, quer na Comissão Municipal de Proteção Civil, quer nas Comissões Sociais de Freguesia, tais pessoas estariam devidamente identificadas. No respeitante à segurança rodoviária, o Dirigente indicou que os serviços municipais se encontram a desenvolver um processo, já adjudicado, para a implementação de um Plano Municipal de Segurança Rodoviária. Revelou que estariam, inclusivamente, com alguma dificuldade em firmar um protocolo com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e que tal permitiria utilizar todos os dados que estariam disponíveis, uma vez que a Câmara Municipal não teria acesso a todas as informações. O Diretor de Departamento continuou confessando que a taxa de não execução da Estratégia Municipal de Saúde teria o contributo de algumas ações sob a sua responsabilidade. Revelou que tal sucedera por dois motivos distintos, tendo enumerado que o primeiro seria referente à questão financeira, situação transversal a várias áreas, e a segunda seria referente às intervenções que já estariam a ocorrer pela implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego - Metrobus. O Eng. Luís Santos Costa confessou que considera que os constrangimentos para a população causados por tais intervenções seriam suficientemente desagradáveis e que tal condicionaria a aplicação de novos projetos e respetivos testes-piloto. Acrescentou que, nas comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, entre os dias dezasseis e vinte e dois de setembro, seriam realizados alguns testes-piloto em matéria de mobilidade e que a Divisão de Saúde, à semelhança do ano anterior, também iria colaborar nesta atividade. O Diretor de Departamento acrescentou que estariam a ser testados os comboios de bicicletas e que, simultaneamente, estariam também a potenciar a utilização do espaço público para *parklets*, de modo a permitir que as pessoas pudessem usufruir do espaço público de uma outra forma, sobretudo com mais qualidade. Neste contexto, reforçou que novos projetos poderiam, em certas situações, penalizar a população, quando o que se pretende é precisamente o oposto. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga agradeceu a intervenção do Eng. Luís Santos Costa, questionando, de seguida, se, porventura, haveria mais intervenções e, não havendo, introduziu o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto Quatro – Proposta de Alteração ao Regimento do Conselho Municipal de Saúde ----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra deu início ao ponto quatro e indicou que a proposta de alteração ao regimento do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra seria apresentada pelo Técnico Superior da Divisão de Saúde ali presente, Dr. Tiago Morais, tendo por base uma apresentação que se anexa à presente ata. Terminada a apresentação, o senhor Vice-Presidente agradeceu ao Dr. Tiago Morais a sua intervenção, sublinhando que as alterações propostas, apesar de mínimas, tornariam este órgão mais funcional, solicitando aos presentes que se pronunciassem. -----

Intervenção do Vereador Hernâni Caniço -----

----- O Vereador Doutor Hernâni Caniço tomou a palavra e expressou que, apesar de não ser jurista, gostaria de referir alguns pormenores que poderiam resultar em imprecisões e contradições, apesar da qualidade do trabalho apresentado. Acrescentou que, uma vez que o regimento teria que ser presente à Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo competente, seria necessário todo o cuidado e que as suas sugestões poderiam ser consideradas, ou não, de acordo com as competências dos serviços, das imposições legais e da própria Assembleia Municipal. Começou por abordar que, no ponto um, do artigo sétimo, a terminologia “personalidades e/ou entidades de reconhecido mérito na área da saúde” não seria explícita quanto à periodicidade dos convites. Questionou, de seguida, se tais entidades seriam convidadas pontualmente, mediante os temas a abordar na reunião, ou se seriam parte integrante de todas as reuniões. No seu caso em particular, esclareceu, a título de exemplo, que, se o convite lhe fosse apenas dirigido para uma reunião individualizada, teria, naturalmente, que declinar tal convocatória, justificando que é especialista em saúde no geral e não numa área em específico. Seguidamente, apontou a ausência de direito de voto dos designados participantes externos e elencou três aspetos. No primeiro, o Doutor Hernâni Caniço demonstrou que não haveria qualquer enquadramento para os participantes externos, uma vez que no artigo nono seriam apenas abordados os “direitos e deveres dos membros” e que os artigos décimo terceiro e décimo quarto referem que as convocatórias e reuniões seriam apenas para os membros. No segundo ponto, o Vereador solicitou esclarecimentos quanto à discriminação do direito de voto entre os elementos participantes daquele órgão consultivo, referindo-se ao direito de voto dos membros do Conselho Municipal de Saúde e à ausência de tal direito por parte dos participantes externos. Indicou que tal circunstância não lhe parecia correta, apesar da consensualidade e bom-senso do Conselho Municipal de Saúde. Quanto ao último ponto sobre aquela matéria, o Doutor Hernâni Caniço evidenciou que o ponto três, do artigo décimo nono, mencionava que a ata seria posta à votação

de todos os membros. Perante tal informação, questionou se os participantes externos votariam também na aprovação da ata, visto que não têm poder de voto sobre os assuntos a votação. O Vereador Doutor Hernâni Caniço continuou a sua intervenção indicando que o ponto dois, do artigo sétimo, indicaria que poderiam participar nas reuniões do Conselho Municipal, mediante convite, os Vereadores e membros da Assembleia Municipal. Perante tal facto, expressou a sua preocupação pela possível discricionariedade nos convites ou, em oposição, a sua extensão a todos os Vereadores, fossem executivos ou eleitos, e a todos os Deputados Municipais. Ainda em relação aos Deputados Municipais, o Vereador realçou que existe uma Comissão de Desenvolvimento Humano e Social, constituída por membros de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, e que articularia com a área da saúde através do desenvolvimento humano e social, mas que, considerando a Ordem de Trabalhos, seria mais adequado abordar tal temática no ponto cinco das sugestões. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra agradeceu os contributos, esclarecendo que a proposta apresentada havia sido validada pela Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso da Câmara Municipal de Coimbra, e, neste contexto, relevou a importância de algumas questões e observações elencadas. No respeitante aos membros com direito ao voto, o Professor Doutor Francisco Veiga clarificou que tal situação adviria da lei aplicável, que define expressamente que apenas os membros mencionados teriam direito ao voto. Quanto à terminologia utilizada e designação dos direitos e deveres, indicou que os serviços municipais iriam averiguar e corrigir em conformidade. O senhor Vice-Presidente continuou, indicando que, em relação ao convite dirigido ao Vereador Doutor Hernâni Caniço, a par de todos os demais, seriam considerados permanentes no Conselho Municipal de Saúde durante aquele mandato. O senhor Vice-Presidente questionou se haveria mais intervenções, reafirmando que a análise apresentada pelo Doutor Hernâni Caniço iria ser avaliada e integrada na proposta final a aprovar pela Assembleia Municipal, à exceção do explanado na lei, e, seguidamente, colocou a proposta de alteração do regimento do Conselho Municipal de Saúde à votação dos membros efetivos. Com um registo de zero votos contra e zero abstenções, o documento foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

Ponto Cinco – Sugestões dos Membros do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra para ações a desenvolver -----

----- O Presidente do Conselho Municipal de Saúde deu início ao ponto cinco, indicando que tal ponto poderia ser redundante, dadas as intervenções que teriam sido feitas no ponto três, mas que, em todo o caso, iria providenciar uma nova oportunidade para quem, porventura, quisesse acrescentar mais contributos. -----

Intervenção do Vereador Hernâni Caniço -----

----- O Doutor Hernâni Caniço tomou a palavra e, apelando à paciência dos presentes, indicou que, sendo o ponto destinado à apresentação de sugestões, gostaria de expor as suas propostas, independentemente de tais serem aceites ou não. Começou por expor a primeira, referente ao programa Bairros Saudáveis. Indicou que tal projeto seria baseado no conceito das “cidades saudáveis” das Nações Unidas, que teria tido a sua primeira edição há três anos, promovida pelo Governo português, e que seria destinado a diversas áreas, nomeadamente a saúde, economia, apoio social, ambiente e pequenas obras em habitações, equipamentos e espaços públicos. Expressou que a saúde seria um dos componentes do conceito de desenvolvimento integrado que alguns dos oradores já teriam mencionado. Indicou, de seguida, que tal programa seria concretizado através de projetos pensados e executados pelas comunidades e que já contaria com setecentas e setenta e quatro candidaturas, das quais teriam resultado duzentos e quarenta projetos, com mil e novecentas atividades, cuja taxa de execução rondaria os noventa e quatro por cento. Acrescentou que teriam estado envolvidas quinze mil, quinhentas e quinze entidades, nomeadamente autarquias, entidades do Serviço Nacional de Saúde, escolas e voluntários, e que teria abrangido cento e quarenta e cinco mil, oitocentas e noventa e quatro pessoas. Acrescentou que o Governo teria financiado o programa em dez milhões de euros, sendo que o apoio dos projetos variaria entre os cinco mil e os cinquenta mil euros. O Doutor Hernâni Caniço complementou, informando que já teriam sido desenvolvidas dezasseis mil, trezentas e quarenta e quatro ações de promoção da saúde, seiscentas e oitenta e duas intervenções de melhoria do espaço público e promoção ambiental, duas mil e oitenta e nove ações de educação ambiental e seiscentas e setenta e sete pequenas intervenções em casas. Desabafou que tais intervenções poderiam aparentar ser pequenas, mas que, para os utilizadores ou proprietários, seriam bastante significativas, esclarecendo, adicionalmente, que todas as ações contribuiriam para os dezassete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O Vereador indicou que teria trazido tal programa à consideração, porque o Governo já teria anunciado a sua segunda edição e que, em virtude de tal facto, sugeria que a Câmara Municipal de Coimbra fosse parceira no programa Bairros Saudáveis, a par de outras autarquias, mobilizando as organizações da sociedade civil e promovendo o exercício da cidadania pela comunidade, nomeadamente associações, organizações de moradores, Instituições Particulares de Solidariedade Social, cooperativas, fundações e outras entidades da economia social solidária. O Vereador Doutor Hernâni Caniço passou, de seguida, à segunda proposta, mencionando que já se teria abordado o tema da alimentação naquele Conselho. Indicou que o princípio da salvaguarda da segurança dos alimentos seria imperioso, garantindo a não-contaminação física, química, biológica e livre de transgénicos, sendo que, segundo o próprio, já seria uma preocupação da Câmara Municipal, assim como a qualidade nutricional e sanitária. Adicionou que, na componente nutricional, haveria muito a fazer e que, na segurança alimentar, já muito teria sido feito, impedindo a adulteração dos produtos e más práticas de higiene nas diferentes etapas da cadeia alimentar, assegurando a informação adequada ao consumidor e

consequente garantia do Direito Humano à Alimentação. O Vereador indicou que a sua proposta, naquele seguimento, seria relacionada com o programa de refeições escolares de confeção local, iniciado na freguesia de Brasfemes, no ano letivo 2021/2022, e prestado pelo Centro de Bem-estar Social de Brasfemes. Complementou que tal serviço teria permitido uma resposta mais eficaz e célere na resolução de constrangimentos, tendo sido aplaudido pelos encarregados de educação e comunidade educativa. Face a tal informação, o Doutor Hernâni Caniço propôs que o programa pudesse ser alargado a outras freguesias do concelho, dada a evidente utilidade para as populações. Ainda em matéria de alimentação, o Vereador afirmou que existiriam princípios de reconhecimento da reciprocidade entre saúde e nutrição, a par de princípios de rejeição, quer do patenteamento de seres vivos, quer da utilização de organismos geneticamente modificados, quer da rejeição de culturas dedicadas para a produção de agrocombustíveis e de outras, que colocassem em causa a segurança alimentar. Completou que os povos, nos quais se incluiria o povo português, também teriam o direito a decidir e a gerir os seus próprios sistemas agrícolas e alimentares, tal como os países teriam o direito a proteger os seus produtos e produtores, e a controlar a sua produção de alimentos, bem como a sociedade civil teria o direito a criar as suas redes de segurança alimentar e nutricional. Face a tal entendimento, tendo em consideração que em Portugal existe uma organização da sociedade civil que constitui uma rede de segurança alimentar e nutricional designada ReAlimentar, que, por sua vez, integra as Redes de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Doutor Hernâni Caniço propôs que tal organização fosse considerada *stakeholder* do Conselho Municipal de Saúde no âmbito da sua ação. No respeitante à quarta proposta, o Vereador indicou que as necessidades em saúde da população já estariam identificadas na Estratégia Municipal de Saúde. Perante tal facto, propôs que as parcerias para programas de literacia em saúde fossem alargadas aos Núcleos de Estudantes da área da saúde da Associação Académica de Coimbra. De seguida, o Doutor Hernâni Caniço propôs que o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E. promovessem em conjunto uma sessão de esclarecimentos, nomeadamente para explanar os pontos de vista e interesses comuns em saúde. Acrescentou que tal sessão deveria contemplar um espaço de intervenção e resposta a questões expostas pelos Vereadores eleitos que o entendessem fazer e que, naquele evento, representariam os cidadãos de Coimbra. Por fim, o Doutor Hernâni Caniço propôs que, em reuniões futuras do Conselho Municipal de Saúde, fosse também contemplado entre os convidados o Diretor do Centro de Saúde Militar de Coimbra e, eventualmente, um representante do Ministério da Defesa Nacional, uma vez que teria existido o Hospital Militar Regional número dois em Coimbra, e que existiria, naquele momento, o Centro de Saúde Militar de Coimbra. O Vereador acrescentou que tal instituição nem sempre seria reconhecida como outras instituições de saúde, pelo que a sua proposta pretendia sublinhar o papel do Centro de Saúde Militar de Coimbra enquanto estrutura de saúde imprescindível para

Coimbra e para a Região Centro, satisfazendo as necessidades em saúde dos militares e dos seus familiares. Concluiu a sua intervenção recordando as consequências da Guerra Colonial em muitos militares e respetivas famílias, com um registo de dez mil mortes e duzentos e cinquenta mil feridos, sendo alguns da zona centro. Com isto, o Vereador indicou que pretendia garantir a existência dos recursos humanos devidos para o atendimento médico e em saúde, garantindo um modelo orgânico na reestruturação do Serviço do Militar em curso, que eliminasse constrangimentos e promovesse a eficácia e eficiência da prestação de cuidados de saúde. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga agradeceu as recomendações e indicou que as mesmas seriam tidas em consideração, comprometendo-se que os serviços municipais providenciariam uma resposta quanto à sua concretização. -----

Intervenção da Delegação Centro da Ordem dos Médicos Dentistas -----

----- O representante da Delegação Centro da Ordem dos Médicos Dentistas, Professor Doutor Salomão Rocha, cumprimentou o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, bem como os restantes colegas do Conselho Municipal de Saúde. Manifestou que a proposta que pretendia apresentar seria para implementação em dois mil e vinte e quatro. Indicou que, no ano corrente, em conjunto com a Divisão de Saúde da Câmara Municipal de Coimbra e com o Núcleo de Estudantes de Medicina Dentária da Associação Académica de Coimbra, já teriam realizado uma ação de literacia em saúde oral em três Jardins de Infância, em dois momentos distintos, confirmando a informação apresentada no ponto três da Ordem de Trabalhos. Em virtude de tal atividade, o Professor Doutor Salomão Rocha desafiou a Câmara Municipal de Coimbra a acolher as comemorações do Dia Mundial da Saúde Oral, no dia vinte de março do ano seguinte, a pedido do Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas. Acrescentou que, anualmente, a Ordem reservaria tal dia para a realização de um evento marcante ao nível da saúde oral e demonstrou o interesse na realização do evento em Coimbra, em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. O representante da Delegação Centro da Ordem dos Médicos Dentistas indicou, de seguida, que anualmente a Ordem tem por princípio elaborar um barómetro da saúde oral, tratando-se de um estudo que retrata os hábitos de saúde oral dos portugueses, do acesso à saúde oral ao nível do Serviço Nacional de Saúde e de outros indicadores, através de um inquérito à população dividido por regiões. Face a tal situação, o Professor Doutor Salomão Rocha demonstrou a disponibilidade da Ordem dos Médicos Dentistas em fornecer, previamente, ao Conselho Municipal de Saúde as questões que integram tal questionário, de modo a receber e analisar os contributos dos presentes. Complementou que tais contribuições permitiriam que o questionário fosse aprofundado e que fosse ainda mais útil para compreender o impacto que a saúde e, especificamente, a saúde oral, têm na população e as respetivas repercussões ao nível da saúde pública. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga agradeceu as sugestões, comentando que, para além da Saúde, também os Grandes Eventos são um pelouro da sua responsabilidade, pelo que Coimbra teria, naturalmente, todo o gosto em acolher tal evento, à semelhança de outros. -----

Ponto Seis - Outros Assuntos -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra indicou que, face às intervenções anteriores, também tal ponto seria redundante, mas que, sendo parte integrante da Ordem de Trabalhos, teria, naturalmente, de questionar os presentes se haveria intervenções. Não havendo, agradeceu a participação, paciência e contributos assinalados. Acrescentou que todas as intervenções justificariam a existência da Divisão de Saúde na estrutura orgânica da Câmara Municipal e que recomfortariam o trabalho desenvolvido pela equipa da Divisão durante os últimos meses. -----

----- E nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, deu-se por encerrada a quinta reunião do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra. -----